

Secretário mudou plano de APA, dizem funcionários ao MP

Segundo depoimentos, alteração possibilitou atividade de mineração de areia e cascalho na Várzea do Tietê

Giovana Girardi

Novos depoimentos ao Ministério Público de São Paulo, na investigação que apura se o secretário estadual de Meio Ambiente, Ricardo Salles, cometeu improbidade administrativa, reafirmaram que ele agiu para alterar o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Tietê. Isso atendendo a solicitações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Funcionários da Fundação Florestal dizem que Salles pediu mudanças no decreto do zoneamento que possibilitaram, por exemplo, atividade de mineração de areia e cascalho em boa parte da APA.

As alterações são mais impactantes para o meio ambiente que as observadas em seis mapas há cerca de um mês pelo MP, conforme publicou o **Estado**. O aval à mineração havia sido rejeitado por técnicos da Fundação pela “interferência no regime hidrodinâmico no Rio Tietê, em sua várzea e na paisagem”, como disse em depoimento Rodrigo Victor, assessor do diretor executivo da Fundação Florestal. Ele afirmou ao MP que “a mineração tem potencial de causar significativa degradação ambiental, dependendo da extensão da atividade”.

Alterações desse tipo no texto já haviam sido destacadas em parecer técnico do MP concluído antes da votação do plano de manejo no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). Na ocasião, o promotor Leandro Leme, do Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (Gaema) Cabeceiras, pediu que o texto voltasse para análise, mas foi voto vencido.

2016, houve mais 3 (três) reuniões posteriores. A realização de tais reuniões foi determinada pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente RICARDO DE AQUINO SALLES, para que se analisasse a incorporação dos pleitos da FIESP, os quais não haviam sido atendidos na CTBio, no Plano de Manejo. Em tais reuniões, além de

portanto, eram objetos de alteração na própria reunião. Por outro lado, havia questões em que os órgãos técnicos divergiam do pleito da FIESP. Em tais situações, tal dissenso era submetido diretamente ao Secretário estadual RICARDO SALLES para sua decisão. Tais dissensos foram, inclusive, objeto de uma reunião presidida pelo próprio Secretário. Exemplificativamente, uma das questões que foi objeto de dissenso entre a FIESP e os órgãos técnicos, submetida à decisão do Secretário RICARDO SALLES, tratava da possibilidade de mineração na APA da Várzea do Rio Tietê. Neste tocante, o Secretário RICARDO SALLES decidiu acolher o pleito da FIESP. A mineração passou, então, a ser admitida na ZPF (Zona de Conservação Hidrodinâmica da Planície Fluvial) e na ZRAP (Zona de Reordenamento Socioambiental e de Paisagem). A Fundação

de motivos técnicos, sobretudo a interferência no regime hidrodinâmico no Rio Tietê, em sua várzea e na paisagem. Como consequência, a decisão do Secretário autorizou que nas áreas

Investigação. Secretário decidiu 'acolher o pleito da Fiesp'

Leme argumenta que tais mudanças não seriam admissíveis pois aconteceram sem justificativa, após o plano ter sido aprovado na Comissão Técnica de Biodiversidade (CTBio) do Consema. De lá, deveria ir ao

plenário, mas foi modificado a pedido de Salles, segundo ao menos sete testemunhas ouvidas pelo MP. Isso vai contra a normativa sobre criação de planos de manejo. “Achávamos no começo que era só uma mudan-

ça nos mapas, mas vimos que são alterações mais graves no decreto. Salles autorizou, a portas fechadas, a revisão do texto para atender pleitos da Fiesp que tinham sido rejeitados na CTBio e foram atendidos. Consideramos que houve fraude”, disse o promotor Silvio Marques, do Patrimônio Público.

Mapas alterados. Ontem, Salles convocou entrevista coletiva e negou as supostas irregularidades. “O MP acabou sendo induzido ao erro por um ex-funcionário da Fundação Florestal que já havia manifestado seu interesse em sair. A história de que ele se demitiu porque foi forçado é mentira”, afirmou sobre o técnico Victor Costa, o primeiro a dizer que sofreu pressões para modificar os mapas. Ele também declarou que houve ordens do gabinete de Salles para que as alterações passassem despercebidas.

Salles disse que as mudanças se deram porque houve erros nos originais, como tanques de tratamento de água e esgoto de Barueri que teriam sido registrados como lagos, o que faria com que seu entorno fosse classificado como área de preservação permanente. “O que fizemos foi corrigir esse erro crasso no mapa proposto pela Fusp (*Fundação de Apoio à USP, que elabo-*

● **Polêmica**
“E o pouco recurso que temos está sendo usado para cumprir um monte de demagogia que o MP impõe à secretaria, sem sequer ter corpo técnico para isso.”

Ricardo Salles

SECRETÁRIO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA EM ILHABELA, NA SEMANA PASSADA

rou o plano de manejo) com apoio do MP.” Ele também questionou a questão da mineração, que disse ter sido “ventilada falsamente, com base em um depoimento tendencioso de um funcionário da Fundação”. Segundo Salles, já há 59 pontos de mineração na APA. “O que se fez foi manter atividades que já estão lá.” Ainda acusou o MP de “induzir” os funcionários “a dizerem o que o MP quer que seja dito”.

A Fiesp disse “que as alterações dos mapas constituem ajustes pontuais, tecnicamente justificados e devidamente avaliados pelos representantes Consema”. “O mapeamento se baseava em imagens de satélite de 2007, estando, portanto, defasadas quase dez anos. As ações objetivaram apontar inconsistências para garantir segurança jurídica às atividades.”